

Imigração ou a Construção de uma 'Raça Brasileira' nos Anos 30 do Séc.XX

Immigration or the Construction of 'Brazilian Race' in the 30s of XX Century

Nara Maria Carlos de Santana

Doutora em História Política e Social das Ideias pela Universidade Federal Fluminense

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

E-mail: naramcsantana@gmail.com

Endereço: Nara Maria Carlos de Santana

Endereço: Rua do Imperador, 971 – Centro – Petrópolis –
Rio de Janeiro (RJ), Brasil; Av. Maracanã, 229 –
Maracanã – Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 25/02/2016. Última versão
recebida em 18/03/2016. Aprovado em 19/03/2016.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente trabalho objetiva focar de forma breve o projeto imigrantista e seus desdobramentos político-sociais e a construção da idéia de nação-brasilidade e cidadania resultante desta política. Aqui serão abordadas a ocupação e a inserção dos estrangeiros no país, especificamente os alemães, a construção de suas comunidades e a dificuldade de assimilação. Finalmente, serão analisados os desdobramentos da imigração alemã no Brasil (pangermanismo, nazismo) e o conflito com a política Nacional do Estado Novo. Para tanto, este trabalho concentra-se nas fontes primárias produzidas pelo governo, entre 1930 e 1945 no Dops (Departamento de Ordem Política e Social), do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e em fontes secundárias. Os conceitos aqui privilegiados serão o de nação, assimilação e caldeamento, apresentados ao longo do trabalho e baseados nos trabalhos dos clássicos Hobsbawm e Eric Ranger.

Palavras-chave: Imigração. História. Assimilação. Caldeamento e Nação

ABSTRACT

This paper aims to focus briefly imigrantista the project and its socio-political developments and the construction of the idea of nation-Brazilianness and citizenship resulting from this policy. Here will address the occupation and the integration of foreigners in the country, specifically the Germans, building their communities and the difficulty of assimilation. Finally, the developments will be analyzed of German immigration in Brazil (Pan-Germanism, Nazism) and the conflict with the New State National policy. Therefore, this work focuses on primary sources produced by the government between 1930 and 1945 in DOPS (Department of Political and Social Order), the State Archives of Rio de Janeiro and secondary sources. The concepts here are the privileged nation, assimilation and cladding, presented throughout the work and based on the work of Eric Hobsbawm and Ranger classics.

Keywords: Immigration. History. Assimilation. Fusing and Nation.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será tratado, ainda que de forma breve, o projeto imigrantista e seus desdobramentos político-sociais e a construção da ideia de nação-brasilidade e cidadania resultante desta política. Para isso, serão abordadas a ocupação e a inserção dos estrangeiros no país, especificamente os alemães, a construção de suas comunidades e a dificuldade de assimilação. De que maneira, o projeto imigrantista, iniciado em meados do século XIX, como parte de um processo de substituição de mão de obra escrava, mas, também, como parte de um projeto político de formação nacional, contribuiu e se desdobrou ao longo daquele século e no século XX ao ponto de promover um conflito com a política Nacional do Estado Novo. Vale ressaltar que todos estes pontos serão analisados numa perspectiva histórica.

Mais adiante, será analisada a política nacionalizadora do Estado Novo e a preocupação do regime com o problema das minorias étnicas, linguísticas e culturais que haviam se instalado no país; a política de assimilação forçada feita pelo Governo através da legislação e da repressão, das agremiações, sua importância no movimento nazista no Brasil, do conflito com o projeto nacional e, finalmente, a proibição destas atividades, em 1942, pelo Estado Novo.

Fazendo um breve resumo de toda a discussão do trabalho vemos que, antes mesmo de o projeto imigrantista ser posto em prática em 1840, alguns imigrantes germânicos já haviam se instalado no país. A partir de 1824, segundo Cohen (1988), quando os primeiros germânicos aqui se instalaram e fundaram a Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, grupos de imigrantes, em geral suíços e alemães, não pararam de chegar ao Brasil. Os primeiros grupos vieram por iniciativa do governo geral que organizava a fundação de colônias para a produção de gêneros de primeira necessidade e para o abastecimento de cidades e vilas.

Em 1840, o sentido da imigração muda, graças ao movimento abolicionista e seus projetos, às constantes pressões externas contra o tráfico de escravos e às revoltas emancipadoras e liberais de toda a América. Apesar de não podermos ignorar – mesmo não fazendo parte da discussão a que me proponho –, as sucessivas pressões internas, a participação dos negros, as fugas em massa de escravos, o trabalho de “conscientização” feito no interior das senzalas, enfim o trabalho de mobilização de que a historiografia vem se ocupando.¹

¹A historiografia dos anos 80 e 90 retomou o debate sobre a abolição, procurando valorizar a participação dos negros e de outro segmentos da população, que não as elites.

No momento de crescimento do abolicionismo, o imigrantismo, um dos mais importantes projetos surgidos em seu interior, começa a se articular e a absorver tanto líderes do movimento, como setores conservadores da sociedade. O imigrantismo surge não só pela necessidade de se pensar em uma alternativa para a mão de obra escrava, mas também como resposta para uma questão essencial e que se coloca para a elite intelectual e política brasileira: a construção da nossa ideia de nação. O projeto imigrantista tratou as questões da substituição da mão-de-obra, do abolicionismo e da formação da nacionalidade com o incentivo à imigração. A vinda de povos estrangeiros não aconteceu por acaso. O projeto de imigração não se caracteriza como exclusividade do Brasil. Nos processos abolicionistas de toda a América Latina, a imigração é uma das soluções de substituição de mão de obra mais amplamente difundidas. É a forma como a nossa elite reelabora este projeto que acabou por determinar aspectos fundamentais na construção de nossa nacionalidade.

Neste sentido, vale ressaltar que a substituição do trabalho escravo, e suas implicações de conformação étnica brasileira, foi fundamental para a elaboração de nossos projetos nacionais. Assim, à época das lutas abolicionistas, a intelectualidade brasileira estava sintonizada com o pensamento europeu. O próprio movimento abolicionista surge dos ideais liberais da Europa do século XIX, como afirma Skidmore (1987), no Brasil, todavia, o liberalismo surgiu como resultado de tendências intelectuais mais do que por qualquer mudança econômica profunda.

Assim como pelo liberalismo, as ideias e ideais das elites intelectuais brasileiras haviam sido influenciadas também pelas correntes filosófico - científicas europeias: determinismo, darwinismo e positivismo que fundamentaram os projetos e os discursos dos reformadores. ²Todas estas correntes de pensamento apontavam para uma inevitável inviabilidade brasileira. A inexistência de um povo ‘homogêneo’, a heterogeneia sócio-racial e a mestiçagem eram condicionadores do nosso estado de inferioridade e incivilidade perante o mundo branco e civilizado europeu.

A formação de uma identidade homogênea foi a principal barreira a ser transposta pelos abolicionistas que acreditavam na viabilidade do país, mas, ao mesmo tempo, acreditavam nas “profecias científicas” europeia. Para Skidmore (1987), os dois pontos fundamentais para a formação da nacionalidade: a identidade e a etnicidade começam a ser forjados pelo projeto imigrantista.

²As correntes filosóficas do final do século XIX, estão preocupadas com a questão da evolução do homem e do progresso, vinculando sempre a questões de ordem e de aspectos naturais.

Ao incorporar a teoria da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, a elite reformadora começou a pensar sobre a transição para o trabalho livre pela via imigracionista. O imigrante deveria “contagiar” o povo brasileiro com sua civilização, com sua energia - confundida com raça - para o trabalho, fosse através da integração sociocultural, chamada de assimilação, fosse pelas relações inter-raciais, ou caldeamento. Seyfert (1981) afirma que, o resultado seria, ao fim e ao cabo, não só o branqueamento da “raça brasileira”, como sua conseqüente “melhoria” e “evolução”.

O trabalho livre do imigrante, além do caráter econômico, possuía um caráter político, ajudaria no processo de branqueamento do país, fundamental para o progresso “fisiológico” e “cultural” da nação. A este respeito, Nabuco faz uma declaração sobre o pensamento do movimento em 1883, ressaltando que para José do Patrocínio, os abolicionistas queriam com seu projeto:

Um país onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga sem cessar uma corrente de sangue caucásico, vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo ... (SEYFERT, 1981, p.38).

No entanto, mesmo assumindo a inferioridade racial brasileira, fruto das presenças negra, indígena, da mestiçagem e do fraco sangue lusitano, diante da raça européia do norte e dos franceses, o discurso destes abolicionistas não reconhecia na sociedade brasileira o preconceito racial. Para os ideólogos do pensamento abolicionista brasileiro, o país vivia em harmonia racial. No Brasil, negros e mestiços ocupavam cargos em todos os lugares da sociedade ao lado dos brancos. Os casos de José do Patrocínio e André Rebouças são ilustrativos.

Diferentemente do que acontecia na sociedade birracial norte-americana, a sociedade brasileira já era, nesse tempo, multirracial, o que inclusive facilitou e reforçou a teoria do caldeamento, apesar de isto não implicar numa verdadeira “democracia racial” e a sociedade ser, de fato, racista. Por tudo isso, o ideal do branqueamento é explicado como solução tanto para a homogeneização da “raça brasileira”, quanto para o aprimoramento desta. Ao mesmo tempo, Azevedo (1987) afirma que estes planos não excluía a importância do elemento negro para a adaptação sócio climática - outro aspecto do determinismo - do elemento branco.

A expectativa em torno das relações inter-raciais, entre negros e imigrantes, mestiços e imigrantes, e a recriação de uma “raça brasileira” foi, sem dúvida, um dos mais destacados objetivos traçados para a elaboração de uma identidade étnica-social da nacionalidade

brasileira. Para isso, os imigrantistas se empenharam na divulgação e na publicidade das “maravilhas do Brasil” e do “paraíso racial” no continente europeu.

Steinfus (1985) destaca que por sua vez, os imigrantes alemães que ingressaram no país a partir do século XIX chegaram com o objetivo de corresponder à expectativa imediata de colonizar terras ainda não exploradas. A primeira e maior leva de imigrantes era formada por pequenos agricultores. No Sul, esses pequenos agricultores se instalaram como colonos, formando suas comunidades. No começo do século XX, iniciou-se um novo processo de imigração. Desta vez, o grupo de imigrantes que aqui chegou formava um perfil completamente diferente do verificado durante todo o século passado.

Este grupo, composto em sua maioria por operários, oficiais do exército imperial, funcionários aposentados, artífices, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes e agricultores, veio da Alemanha devido às crises surgidas na Europa ao final do século XIX. A principal delas e que ilustra bem o caráter da imigração para o Brasil no início deste século foi a crise do liberalismo. Se, por um lado, a intensa campanha e o incentivo dos abolicionistas efetivaram o processo de imigração, por outro, a crise apontada anteriormente expulsou levas desta população para as terras da América.

Esta crise foi caracterizada principalmente pela substituição do capital liberal pelo de monopólio. Neste momento, ocorreram a implementação da produção em massa e a maior divisão do trabalho, a proteção do capital e a busca de novos mercados, dando lugar à colonização imperialista. No entender de Renzo (1978), tantas transformações geraram uma massa de desempregados e subempregados, que deixaram o seu país em busca de novas oportunidades.

Os alemães recém-chegados ao país se uniam aqui aos primeiros colonos e aos seus descendentes. Além disso, a ocupação territorial destes imigrantes poderia parecer, à primeira vista, motivada por condições deterministas, como, por exemplo, os aspectos físicos da região. Contudo, como destaca Steinfus (1985), a ocupação do primeiro contingente imigratório estabelecido mais ao Sul do país se difere do segundo aqui chegado no início deste século e instalado mais ao Sudeste. Ambos ocuparam territórios específicos em resposta aos seus próprios interesses e a um projeto político nacional a eles destinado.

Aos colonos do século XIX, foram destinadas terras não exploradas, no Sul do país. Aos operários e artesãos, um Brasil pré-industrial, no Sudeste. Ao lado da ocupação social, estava implícito o caráter econômico. A construção do país necessitava – de acordo com a intelectualidade nacional - dos braços, do saber, da raça e da força destes novos colonizadores.

A política imigrantista ainda contava com o reconhecimento destes imigrantes alemães, como teuto-brasileiros, definindo assim, a identificação destes com um duplo pertencimento: à nação alemã, concebida como entidade política, e à pátria brasileira, expressando uma vinculação étnica e a cidadania. Todas estas circunstâncias fizeram com que o pangermanismo no Brasil se desenvolvesse como resultado do isolamento e da não-assimilação sociocultural.

(...) uso cotidiano do idioma de origem, inclusive nas escolas particulares (religiosas ou leigas), nas instituições beneficentes (...), recreativas e culturais, publicações destinadas aos membros da comunidade, além de elementos distintivos qualificados como tradição e costume, refletidos nos hábitos alimentares, na arquitetura, nas práticas religiosas etc (SEYFERT, 1981, p.22).

Foi, paralelamente, à construção do nacionalismo brasileiro, que destaca a assimilação e a miscigenação como formas de se chegar à unidade e ao progresso, que ocorreu a elaboração de identidades étnicas estabelecidas de limites grupais. Tais limites acabaram por definir estas etnias como minorias, mais tarde, inclusive, dificultando o acesso à cidadania destes grupos. No caso dos teuto-brasileiros, os elementos diferenciadores desta identidade étnica foram exatamente os que compuseram a maior parte das ideologias nacionalistas: raça ou povo, língua (garantindo a integração) e a manutenção da cultura através da tradição e dos costumes.

A manutenção das tradições foi fundamental para conferir ao grupo de imigrantes uma continuidade histórica, como nos aponta Hobsbawne Ranger (1984) em “A Invenção das Tradições”. Mesmo que o primeiro grupo tenha aqui chegado antes da unificação alemã em 1870, eles foram os transmissores de práticas tradicionais formadoras de identidade.

As práticas tradicionais existentes - canções folclóricas, campeonatos de ginástica e o tiro ao alvo - foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais. Às canções folclóricas tradicionais acrescentaram-se novas canções na mesma língua(...) (HOBSBAWM ; RANGER, 1984, p. 11).

2 METODOLOGIA

O aporte teórico-metodológico deste trabalho foi baseado na leitura e análise crítica de fontes bibliográficas clássicas na historiografia que tratam dos temas centrais aqui discutidos. Mas, para além das fontes secundárias, este trabalho foi construído a partir de fontes primárias, documentos produzidos pelo Departamento de Polícia Política e Social (DOPS),

presente em parte significativa da história do Brasil República e que foi a fonte inspiradora desta pesquisa. Ainda, pela transversalidade do tema, foram usados autores de áreas afins das ciências humanas. A partir da investigação nas fontes secundárias e primárias procedeu-se a uma triangulação das mesmas, e o resultado é o que apresentamos a seguir. Tudo isso foi feito após a uma acurada investigação das fontes primárias, da bibliografia e temas, mesmo os transversais. Vale destacar, ainda, que a pesquisa é de cunho bibliográfico, documental e teórico e utiliza o método analítico e crítico.

2.1 Os imigrantes alemães em um novo contexto: o Brasil dos anos 30

A identidade étnica forjada no interior destas sociedades pelo pangermanismo começou a se difundir a partir de 1890 em parte da imprensa teuto-brasileira. A ideia de germanidade transmitida por esta imprensa, pelas escolas, na família e nas instituições, principalmente agremiações, preservadas pelos teuto-brasileiros, pode ser considerada a semente de um germanismo recuperado, mais tarde, pelo nazismo no Brasil dos anos 30, durante o governo de Getúlio Vargas.

Desde a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas chega pela primeira vez ao poder apoiado pelos militares, tendo em vista o afastamento das elites dominantes da República Velha e a falência da concepção brasileira de um estado liberal, tem início, no Brasil, uma era de gradual intervenção estatal em todos os setores da sociedade e uma política nacionalista, visando transformar o cenário social brasileiro.

Em 10 de novembro de 1937, após passar por graves crises políticas - até mesmo durante o período constitucional de seu governo em 1934 - Vargas dá um golpe de estado, outorgando a Constituição redigida por Francisco Campos em 1936. A Carta de 10 de novembro dissolveu a independência dos três poderes e passou-os às mãos do presidente, extinguiu os partidos e instituiu o regime corporativo sob a autoridade de Getúlio Vargas. Entretanto, o presidente governou até o fim do Estado Novo, em 1945, através de decretos-leis com força constitucional.

Neste contexto, elaborou-se o que os ideólogos do Estado Novo, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, chamaram de “O Estado Nacional”. Este estado foi, concebido sob dois ângulos:

Nacionalismo e autoritarismo são ângulos distintos e complementares do processo de formação do Estado Nacional. A soberania, como atributo exclusivo do Estado e a capacidade de ação do Governo federal sobre todo o território se unem na

realização do objetivo comum de criar a nacionalidade Este projeto unificador envolve múltiplos aspectos: é movido pelos ideais de justiça, de “democracia social”, mas, acima de tudo, o rege uma “razão de estado” (LIPPI; OLIVEIRA, 1982, p.213).

Estes ângulos, nacionalismo e autoritarismo, são explicitados no pensamento estado novista.

Existe, effectivamente, um governo, um poder, uma autoridade nacional. O chefe é o chefe da nação. (...) Somente um estado de chefe pode ser um Estado Nacional: unificar o Estado é unificar a nação.

(...) A nação readquiriu a consciência de si mesma, do caos das divisões e dos partidos passou para a ordem da unidade, que foi sempre a da sua vocação (CAMPOS, 1941, p.214).

A unidade acima citada por Campos (1941) foi mais do que a unidade em torno de um chefe - como o fim dos partidos políticos - foi uma unidade que se pretendeu étnica e cultural, recuperando as medidas sugeridas no final do século XIX. O nacionalismo brasileiro, que privilegiava a assimilação e a miscigenação, conseguiu, durante o Estado Novo, sair do discurso para a prática.

O projeto nacionalista, de unidade cultural e racial, transformou a questão das minorias - no caso, as minorias étnicas - em problema chave para o novo governo. Carneiro (1988) destaca que, apesar de não constar de qualquer programa governamental, a proposta de assimilação forçada destas minorias aparece em vários documentos do período.

Uma das primeiras medidas adotadas em dezembro de 1937 foi a proibição dos partidos políticos. Esta medida atingiu alguns estrangeiros, indiretamente, e grupos de alemães, em particular. Em 1938, o fechamento do Partido Nacional Socialista Alemão do Trabalho - NSDAP - em funcionamento no país desde 1930, limitou grande parte das atividades nazistas no Brasil. O Partido Nacional Socialista, ou nazista, como é popularmente conhecido, teve pouco mais de 2% de adesão entre os colonos alemães, contudo representava uma ameaça aos projetos assimilacionistas do Brasil.

Por isso, no ano de 1938, com a chegada de Oswaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores, várias medidas nacionalizadoras e autoritárias foram tomadas e que afetariam diretamente o funcionamento do Partido Nacional Socialista e das agremiações alemães no país.

Ainda que o Brasil mantivesse uma política de intensa troca comercial com a Alemanha nazista, a chegada de Oswaldo Aranha ao ministério das Relações Exteriores e sua simpatia pelo estado norte-americano fez com que o governo, pouco a pouco, se aliasse aos

EUA, inibindo as atividades dos alemães no país. Assim, o Governo federal intensificou suas relações com o inimigo do eixo: os Estados Unidos da América, O que possibilitava, de certa forma, a implementação - mesmo que lenta - das medidas de repressão aos estrangeiros do Governo, na medida em que evoluíam as relações Brasil-EUA.

Neste contexto, a preocupação com o abasileiramento deu lugar, ainda, a outro elemento fundamental da base de sustentação do regime e que fora catalizado como símbolo máximo do cidadão nacional: o trabalhador brasileiro.

(...) Este elemento, ao mesmo tempo sujeito e objeto das falas ministeriais, transformara-se no centro das preocupações políticas governamentais, o que, segundo Marcondes, ficava comprovado pelo conjunto de iniciativas políticas que o Estado passara a lhe dedicar. A importância e o papel do cidadão-trabalhador tinham, assim, uma dimensão material comprovável nas numerosas e variadas iniciativas desencadeadas pelo Estado, tendo como finalidade precípua a criação e proteção deste novo homem brasileiro (GOMES, 1994, p.221).

Novamente, o Estado tomará para si a tarefa de proteger e disciplinar: os trabalhadores tinham sua representação gerada pelo Governo e mobilizada em seu interior e de acordo com os interesses deste, que se confundem com os do povo. Elaboram - se, então, medidas de proteção ao trabalhador brasileiro que limitaram o acesso dos estrangeiros.

No que diz respeito aos cargos públicos, segundo Campos (1941), estes foram, por princípio, considerados privativos de brasileiros, “visto que estes possuem mérito, talento e capacidade”. No caso da iniciativa privada, a legislação também definiu e delimitou os espaços destinados aos estrangeiros. A política de nacionalização, visando à revalorização do homem brasileiro, leva o Governo federal a tomar várias medidas, legais de proteção a este homem, conforme ressalta Cohen (1988).

O Estado Novo, apesar da simpatia tão proclamada pelo Nacional - Socialismo possuía limites de proteção ao seu regime: a preservação do poder centralizador e da soberania nacional. Em vista disso,

O problema das minorias étnicas, linguísticas e culturais, que haviam se instalado no Brasil, se transformou numa questão de Segurança Nacional, ameaçando a ordem social e a formação da consciência patriótica brasileira (COHEN, 1988, p.86).

Nestes propósitos de nacionalização, Vargas dá ênfase, como afirma Maria Luíza T. Carneiro (1988), à idéia de homogeneização racial; à mitologia do trabalho, como fonte de riqueza e ordem social; à execução de uma nova política demográfica, colocada em prática através de uma nova política de restrição à imigração; ao combate às ideias exóticas e aos

“inimigos da pátria” e do “trabalhador brasileiro”, tratados como “ameaças contagiosas à construção do Estado Nacional fortes, e à configuração de uma raça sadia”.

A imposição de medidas nacionalizadoras foi especialmente severa com os imigrantes alemães e japoneses e seus descendentes, em consequência da infiltração nazista e da atuação do partido até 1938, e da declaração de guerra ao eixo, em 1941. A especial severidade com que o governo de Vargas trata os imigrantes alemães, japoneses e seus descendentes começa antes mesmo de 1942, quando as atividades nazistas são totalmente proibidas, em função da promoção de um projeto nacional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo do problema das origens das nações apresenta duas posições principais e é fundamental para a compreensão da questão aqui colocada: a da política do Estado Novo para a construção de um Estado Nacional. A primeira posição sustenta que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos, resultado dos processos revolucionários do século XVIII e XIX, e a outra, que supões ser a nação uma coisa natural, “divisão natural da raça humana, dotada por Deus de seu caráter próprio”, conforme afirma Guibernau (1997).

É importante destacar que os estudiosos que entendem a nação como um fenômeno resultante das revoluções as quais inauguram a contemporaneidade, ressaltam que historicamente, ela é resultado do advento da democracia, da industrialização e da soberania popular. Dentre estes autores, proponho-me a trabalhar com a primeira proposição e com os conceitos de Ernest Gellner (1993), Eric Hobsbawm (1990). Um dos pontos importante a perceber é que, na concepção destes autores, o conceito de nação, apesar de sua modernidade, reivindica sempre antiguidade.

Segundo Hobsbawm (1990), o primeiro aspecto a ser destacado a respeito da ideia de nação é que a palavra nação como substantivo, surgiu apenas no século XIV, em inglês e francês. Mas, como este autor ressalta a palavra nação com sentido político, apareceu no vocabulário europeu no final do século XVIII e começo do XIX. Segundo ele, a nação tem como uma de suas funções mediar e reduzir o conflito e a tensão entre setores da sociedade. Além destes dois autores, gostaria de destacar a terminologia utilizada por Benedict Anderson (1989), “comunidade imaginada” e sua concepção de que a nação é, de fato, uma construção político-econômica e social.

A concepção que entende a nação como uma divisão natural da raça humana, ao contrário do que possa sugerir, também é um fenômeno surgido durante os processos

revolucionários do século XVIII e XIX, entretanto apresenta proposições contrárias aos princípios de liberdade, igualdade e, principalmente, fraternidade que fundaram a contemporaneidade. Sobre isso, vemos que:

A valorização fascista da nação, ao contrário, exatamente porque é inevitavelmente retórica, precisa ser agressiva, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral (KONDER, 1977, p.13).

As concepções de Hobsbawm (1990) e Anderson (1989) convergem com os aspectos gerais do projeto varguista, como por exemplo, a questão da modernidade que aparece no modelo de Getúlio como algo a ser conquistado. Outro aspecto seria o apontado por Hobsbawm (1990) de que a nação serviria como redutora dos conflitos sociais, à medida que unifica os projetos individuais, tornando-os de toda a sociedade. No caso do governo Vargas, segundo seu projeto nacional, caberia ao Estado interpretar os interesses populares e unificar estes propósitos.

Outro conceito importante para a compreensão desta análise, é o de nacionalismo. Este pode ser frequentemente entendido como patriotismo, por referir-se ao sentimento de pertencer a uma determinada comunidade. Além disso, o nacionalismo identifica os nacionais por uma série de símbolos e pela vontade de unificar os ideais da comunidade de pertencimento que, levados ao extremo, pode desencadear sentimentos de ódio racial e xenofobia. Para melhor explicar o termo, adotarei a definição de Gellner também utilizada por Hobsbawm (1990), que entende o nacionalismo como “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente”; esta unidade pressupõe também uniformidade, o que pode gerar os preconceitos.

Dentre as expressões propostas, uma que é importantíssima para a discussão que pretendo desenvolver é o chamado Estado Nacional. Como destacado acima, este aparece como um fenômeno moderno, resultado das revoluções do século XVIII e que “possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem, ou, às vezes inventando-os”. O Estado Novo também foi denominado “Estado Nacional” e o projeto de nação do regime de Vargas propunha uniformizar a nação a partir do Estado. Por ser a nação estudada um constructo social derivado do Estado, considero o termo cunhado por Benedict Anderson, “Comunidade Imaginada” apropriado para referir-me a este projeto de nação.

Segundo Anderson, a nação “é imaginada como limitada [...]”. “É imaginada como soberana [...]” e “finalmente é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, à nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”.

Por outro lado, a questão nacional “está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social” e o terceiro onde declara que,

(...) as nações e seus fenômenos associados devem, portanto ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências;

(...) por essa razão as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (ANDERSON, 1989, p.20).

O conflito entre o projeto de Getúlio ocorre pela presença de outra ideia de nação em território brasileiro, o nacional-socialismo. Surgido como uma forma de nacionalismo, no interior dos movimentos de direita fascistas, “o nazismo se apoiou na idéia de raça e sobre o conceito de comunidade do povo (*volksmeinschaft*). Raça, entendida na formação natural, oriunda da comunidade de sangue: nação, concebida como uma realidade orgânica supraindividual”, mas que segundo Ribeiro Júnior (1986), deve ser localizada historicamente, no desenrolar dos movimentos fascistas.

3.1 Sobre as Atividades Nazi-Fascistas

Na década de 30 do século XX, o Brasil possuía um número significativo de colonos alemães, italianos e seus descendentes, apesar dos dados estatísticos serem imprecisos. A intensa atividade alemã foi diretamente prejudicada pela legislação, que visava impedir qualquer atividade política organizada, principalmente dos elementos comprometidos com atividades de tipo nazifascista.

Estas agremiações nazistas no Brasil foram, na verdade, sedes de sociedades recreativas e culturais compostas de sócios de origem alemã ou diretamente vinculados às atividades nipo-nazifascistas. Como destaca Cohen (1988), em seu trabalho sobre o tema, estas sociedades funcionavam como núcleos de alemães e seus descendentes e como espaço de reprodução e manutenção das tradições. Ao lado da imprensa nazista, das escolas e das

igrejas, as agremiações tinham um papel fundamental na organização do nazismo no Brasil, principalmente depois do fechamento do Partido Nacional-Socialista Alemão do Trabalho (NSDAP), ao qual elas estiveram vinculadas a partir da fundação do partido em 1930.

As organizações nazistas iniciaram suas atividades no país em 1933, no Sul do Brasil. Estas atividades foram coordenadas pela Embaixada alemã no Rio de Janeiro e pelos consulados, especialmente em Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. As embaixadas e consulados, por sua vez, recebiam as normas diretamente de Berlim, das chamadas AO (Organização do Exterior), que tinham como finalidade amparar todos os alemães fora das fronteiras do *Reich*.

Nos países onde viviam alemães, organizaram-se *landesgruppen* (grupos-países), chefiados por um *landergruppenleiter* (chefe de país). A *Landesgruppen* Brasil (grupo-país Brasil) teve sua primeira sede no Rio de Janeiro até 1934, quando foi para São Paulo. Py (1942) afirma que, em 1938, com o fechamento do NSDAP, a sede da organização nazista retornou ao Rio de Janeiro.

Os documentos encontrados no acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Estado do Rio de Janeiro refletem a importância do movimento nazista no Rio de Janeiro, em especial, e no Brasil, em particular. As atividades nazistas tomaram contornos de especial relevância no período aludido. Os movimentos de massa, como o comunismo e o integralismo, têm, neste acervo, destaque de dimensões semelhantes aos dados às atividades alemães.

As investigações recaem sobre os teuto-brasileiros e os súditos de Eixo, seus descendentes, agremiações, escolas, instituições e empresas. Mesmo os simpatizantes, presentes em todas as esferas de nossa administração pública, das forças armadas e da própria polícia política, são mantidos sob vigilância.

A Polícia Política brasileira, aliada à Interpol, ao FBI, às embaixadas brasileiras e aos Dops estaduais, investiga e registra o trânsito de viajantes estrangeiros no país. Desta investigação, o acervo do Dops guarda farta documentação com fotos, mapas, manuscritos, jornais, cadernetas, diários pessoais, notas fiscais, relações de auxílio a imigrantes, insígnias, emblemas, flâmulas, carteiras de sócios etc.

A perseguição sistemática, registrada desde 1930, acentuada em 1933, com a proibição do uso de língua estrangeira nas escolas e, em 1938, com o fechamento do partido, vai aos poucos se efetivando. As agremiações nazistas que, desde 1938, se mantêm como suporte do movimento, pelo papel de mantenedoras das tradições e costumes, organizadoras das atividades da juventude hitlerista e sedes de encontro de industriais, comerciantes e elementos

envolvidos direta ou indiretamente com o movimento, aos poucos são desativadas, apesar de algumas permanecerem funcionando, como comprovam dossiês do Dops, até 1953.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste projeto estado novista de nacionalização forçada, paternalista, era fundar um novo Brasil, homogêneo, racial e culturalmente, uniforme em seus valores, comportamentos e mentalidades. Tudo isso através do mito do trabalhador nacional. Além disso, apesar da simpatia e aproximação do regime pelo nacional-socialismo e pela política do Führer, o Estado Novo possuía limites de proteção ao seu regime: a preservação do poder centralizador e da soberania nacional.

A presença das minorias étnicas, lingüísticas e culturais no Brasil transformou-se numa questão de segurança nacional. As comunidades germânicas aqui instaladas refletiam os interesses nacionais alemães, em primeira instância. O conflito de interesses entre estas comunidades e o Governo federal acaba por gerar animosidade total, com o apoio de parte da população à repressão aos nazistas.

O projeto de assimilação cultural e caldeamento das raças, iniciado em meados do século XIX e reformulado nos anos 30 deste século, sucumbe perante o isolamento destas comunidades e apesar das tentativas do Governo federal, ao tempo de Getúlio, em conseguir a integração.

O projeto nacionalista do Estado Novo pode não ter sido vitorioso, no que diz respeito à assimilação forçada e ao caldeamento, mas sua ideologia continua bastante viva. A ideia de assimilação, de caldeamento, da democracia racial ainda hoje fazem parte do senso comum.

A intenção de inserir os imigrantes alemães e italianos como elementos fundamentais para a construção da nação brasileira, baseada nas teorias científicas do final do século XIX, pode ser perfeitamente explicada, não só pela própria relevância que estas teorias tomam na Europa no período, como pelo estado de ânimo, pela expectativa gerada pelo abolicionismo de apresentar um projeto. Outro dado que pode ter contribuído muito para a implementação deste projeto é o fato de, já por esta época, o Brasil ser um país multirracial. Era fácil imaginar que, como os portugueses, os alemães e italianos seriam assimilados pela nossa cultura e se integrariam rapidamente com a população brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a consideração final possível após essa leitura? Algumas. Poderíamos concluir sobre a política nacional de imigração, ou sobre as Relações Internacionais, ou ainda a construção de um Estado Autoritário. Mas, a coerência nos leva a concluir o quanto as políticas do governo para a imigração influenciaram diretamente nos aspectos fundamentais da construção da questão racial no Brasil e na identidade brasileira. Começando pelo Estado Novo, veremos que toda a perseguição aos imigrantes alemães foi parte da política estado novista - concebida sob os ângulos do nacionalismo e autoritarismo - e serviu não só para o desenvolvimento de ações no campo econômico, como também para a elaboração de uma “cultura brasileira”, de um povo brasileiro - aqui entendido como raça - pela incorporação da classe trabalhadora, através do controle do Estado.

O avanço gradual do pangermanismo, no final do século XIX e início do século XX, apontou para a inviabilidade da integração de parte desta comunidade. O nacionalismo das primeiras décadas deste século já denunciava a necessidade de se verificar o “sentido desta colonização”. Na literatura, personagens de autores como Lima Barreto ressentiam-se com os estrangeiros e com a ocupação de empregos, tirando o lugar do trabalhador nacional.

A manutenção das tradições e da cultura dentro destas comunidades, além da questão da língua, as deixava completamente isoladas. Quanto à raça, eles vão, pouco a pouco, se fechando em sua “superioridade racial” - reafirmada pela própria intenção dos projetos brasileiros - que culmina nas agremiações nazistas. O pangermanismo do século passado se transforma no nazismo do século XX.

As agremiações nazistas, a partir de 1938, assumem um papel fundamental na manutenção destas tradições e na divulgação do nazismo. A partir de 1937, o projeto nacionalista brasileiro do Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas, tomou para si à tarefa de pôr em prática as teorias assimilacionistas dos abolicionistas, com a finalidade de homogeneizar a raça e a cultura brasileiras e fortalecer o trabalhador nacional.

O que podemos apreender de todo este processo é que o nacionalismo inaugurado e triunfante do começo do século XX se debateu desde o princípio com conflitos criados pelo artificialismo de alguns de seus elementos. A homogeneidade étnica é um dos elementos mais problemáticos, aliado às tradições e à língua.

A concepção getulista de Estado Nacional encontrou muitos adeptos e o próprio povo se mobilizou. A propaganda usada por Vargas, de valorização do homem brasileiro e do

trabalhador, foi muito bem aceita e ainda hoje ouvimos expressões que refletem bem isso. “Quem trabalha vence” é uma delas.

No entanto, ao chegar ao final do século XX, as estruturas e concepções foram mudando, num ritmo bastante acelerado. Em parte, por questões econômicas ligadas à necessidade de abertura de mercados, em parte pelas diversidades étnicas que foram se acentuando.

Nestes últimos anos, as questões étnicas e raciais vêm sendo largamente discutidas. Parece que as diferenças têm sido valorizadas em detrimento da homogeneidade e da igualdade, em parte pela própria luta das chamadas minorias.

Hoje, as discussões da questão nacional brasileira passam muito mais pela esfera econômica. A sociedade está se mobilizando e discutindo questões mais imediatas, tentando repensar o nosso projeto de nação, necessário nesta era de globalização.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Acervo DOPS – Rio de Janeiro – Série: **Alemão** - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

Fontes Secundárias:

AMARAL, A. **Getúlio Vargas** - Estadista. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Ed. 1941.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1989

AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, Medo Branco** -O negro no imaginário das elites/ século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CAMPOS, F. **O Estado Nacional** - Sua estrutura, Seu conteúdo ideológico. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio. 1941.

CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas, fantasma de uma geração (1930 - 1940)**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

COHEN, E. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. Tese - UFF - Niterói, 1988.

FELICE, R. **Explicar o Fascismo**. Lisboa, Edições 70, 1978. 313p.

GAMBINI, R. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977. 175p.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1997.

GOMES, A. C. **A Invenção do Trabalhismo**. 2º edição, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

HOBSBAWN, E; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1984. 316p.

_____. **Nações e Nacionalismo** - desde 1870. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991. 230p.

KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1993.

MOURA, G. **A Autonomia na Dependência: A política externa brasileira de 1935 à 1943**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

RIBEIRO JÚNIOR, J; **O que é o nazismo**. SP: Brasiliense, 1986.

SETEINFUS, R. A. S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930 - 1942**. São Paulo, Ed. Nacional, 1985.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 4º Ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975.

OLIVEIRA, L. L; *et al-* **Estado Novo - Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

PY, A. da S. **A 5ª coluna no Brasil**. Ed. Livraria Globo, Porto Alegre, 1942.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SANTANA, N. M. C; Imigração ou a Construção de uma ‘Raça Brasileira’ nos Anos 30 do Séc. XX. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.3, art.9, p. 162-179, mai./jun. 2016.

Contribuição dos Autores	N. M. C. Santana
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X